



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Ajustamento geral da política de habitação para satisfazer as necessidades habitacionais das diversas famílias

Há dias, o conselho consultivo da habitação pública discutiu sobre a revisão do regime de troca de habitação económica, o que despertou a atenção da sociedade. No passado, houve pânico na procura de habitação económica: houve agregados familiares com várias pessoas que se candidataram a uma fracção de tipologia T1; houve residentes que conseguiram uma fracção de tipologia T1, e depois de terem filhos, continuaram a viver na mesma fracção, portanto, já com mais elementos da família, etc. A distribuição inadequada da tipologia das fracções tem impacto na qualidade de vida dos residentes, na constituição de família e na vontade de ter filhos. Tendo em conta que a oferta de habitação económica já está planeada, a tendência é relativamente estável, a reserva de terrenos é suficiente, e, para além disso, a atitude dos residentes em relação à aquisição de habitação mudou, é oportuno avançar com um estudo sobre o referido regime de troca.

É de notar que as "cinco classes de habitação" são uma política importante para satisfazer as diferentes necessidades habitacionais dos residentes, não só de habitação económica, mas também de habitação social, habitação intermédia, residência para idosos e habitação privada. Por isso, para além da troca entre classes, é ainda necessário assegurar a articulação entre elas, bem como um planeamento mais claro, detalhado e estável em termos das classes e da oferta de habitação, pois só assim é que é possível satisfazer as necessidades habitacionais a longo prazo das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

diversas famílias. Além disso, tomando como referência os dados relativos às candidaturas à habitação económica em 2023, os candidatos individuais com idades compreendidas entre os 23 e os 44 anos representam 94% do total, ou seja, candidatos com idades consideradas como “período dourado” para constituir família e ter filhos. O que se pode fazer para a ideia de dar prioridade à constituição de família ser transversal à política geral de habitação, reduzindo as preocupações com a habitação quando se tem e se pensa ter filhos, é uma questão que merece a nossa atenção, aquando do ajustamento das futuras políticas de habitação por parte do Governo.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Há dias, na sessão de interpelação oral, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que ia iniciar um estudo sobre o regime de troca de fracções de habitação económica, esperando poder ajudar os residentes a melhorarem as condições de habitação em conformidade com o aumento do número de elementos da família. Quando é que vão estar reunidas as condições para avançar com a consulta pública e recolher as opiniões da população? Com vista a facilitar a aquisição de habitação por parte dos residentes, o Governo vai realizar estudos sobre a articulação entre as diferentes classes de habitação, por exemplo, entre a habitação social e a habitação intermédia?
2. Em diversos locais, apoia-se a natalidade através das políticas de habitação, por exemplo, em Singapura, com o “*Family and Parenthood Priority Scheme*” e o “*Third Child Priority Scheme*” e em Hong Kong, com o “*Families with*



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Newborns Allocation Priority Scheme” e o “*Families with Newborns Flat Selection Priority Scheme*”. O Governo vai tomar como referência estes regimes mais direccionados e reservar uma determinada proporção de habitações para as famílias referidas?

3. Para além da reserva de terrenos, o Governo tem ajustado e controlado a oferta e a procura de habitação através da renovação urbana, com vista a satisfazer as diversas necessidades comuns dos residentes em relação à habitação pública, habitação privada e instalações públicas. Numa perspectiva de longo prazo, o Governo vai, em conjugação com a renovação urbana e com os planos de pormenor das diversas zonas, orientar e apoiar a reconstrução das habitações económicas com muitos anos e já degradadas? Vai também melhorar o ambiente de vida dos residentes através da renovação urbana?

21 de Fevereiro de 2025

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng